

Congresso garante zerar pauta até junho

Os presidentes do Senado e da Câmara, Mauro Benevides e Ibá-
sen Pinheiro, pretendem votar
até o final de junho alguns pro-
jetos prioritários — inclusive os
projetos enviados na última ter-
ça-feira pelo Executivo — para
provar que o Congresso tem ca-
pacidade de legislar sem a utili-
zação das medidas provisórias pe-
lo Palácio do Planalto. Na próxi-
ma terça-feira, serão instaladas
duas comissões para debater,
dentro do Fórum Nacional de
Debates, as propostas do Gover-
no.

O líder do PT, José Genoíno,
disse que o partido vai discutir
no fórum os projetos enviados pe-
lo Executivo, mas adiantou que o
Partido dos Trabalhadores vai
apresentar propostas alternativas.
“Nós temos projetos prontos só-
bre organização sindical, contrá-
tos coletivos e salário mínimo, e
vamos apresentá-los”, afirmou
Genoíno.

No que se refere ao Plano de
Custos e Benefícios da Previ-
dência, José Genoíno disse que o
PT vai insistir na tese do conse-
lho de administração, “formado
pelo Governo e por representan-
tes dos empresários e dos tra-
balhadores. Informou também que
o partido vai propor a obriga-
tividade do Governo repassar as
suas verbas, sob alegação de que
o Executivo tem administrado o
orçamento com os fundos sociais.

GRANDE DEBATE

Na semana passada, o PMDB
definiu uma pauta de projetos
que considera prioritários, para
votação até o final de junho. Da
pauta constam o Plano de Cus-
teio e Benefícios, o Plano Nacio-
nal de Informática, a lei salarial e
a lei de diretrizes orçamentárias.
No caso da política salarial, o
PMDB, segundo o líder Gene-
baldo Correia, defende o reajuste
automático para quem recebe até
cinco salários mínimos. Ele tam-
bém acha fundamental que o
Congresso cumpra os prazos para
votação das propostas, para mos-
trar que o País pode ser adminis-
trado através de projetos de lei e
não pelo abuso das medidas pro-
visórias.

O deputado Paulo Delgado
(PT-MG) lembra que algumas
propostas do Governo já inté-
gram projetos elaborados pelo
partido, como a autonomia sindi-
cal. Ele argumenta que o Go-
verno quer impor a liberdade sindi-
cal, com hora marcada, desco-
nhecendo as condições de cada
sindicato. Na questão salarial, de-
fende “alguma forma de indexa-
ção permanente”, e diz que “o
Governo precisa quebrar o mito
da inflação zero, para que o mo-
vimento sindical quebre o mito
da indexação plena”.

O deputado Amaral Netto
(PDS-RJ) pouco falou sobre os
projetos enviados ao Congresso.

preferiu atacar o Governo, que
segundo ele, “é a desgraça maior
que já aconteceu a este País, com
todo respeito ao Presidente, de
quem já fui muito amigo”. De
zero a dez, ele diz que dá menos
cinco à performance do Executi-
vo.

O ex-líder do PDS acha que a
culpa de tudo é da ministra da
Economia, Zélia Cardoso Mello,
que “tomou conta do País, como
uma czarina”, e do presidente
Fernando Collor, que “se trans-
formou num fac-totum nas mãos
da ministra e do João Maia”.
Amaral Netto afirma que “a Zélia
manda no Presidente”, e diz que
este não governa mais o País. “O
Collor pensa que está governan-
do, mas não está coisa nenhuma,
governam por ele, ele só assina”.

O projeto que privatiza os ser-
viços portuários também faz par-
te da lista de prioridades do Go-
verno, assim como o que institui
a isenção do IPI para máquinas e
equipamentos e o que dispõe so-
bre os incentivos fiscais para a
capacitação tecnológica da indús-
tria e da agropecuária.

O projeto que estabelece re-
gras para o reajuste do salário
mínimo também está na lista en-
tregue ao Congresso, após acer-
tada pelo ministro e pelos lide-
res, mas que deverá tramitar
junto com o projeto que regula a
livre negociação salarial.